

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Adoção: ato de

amor consciente

Comemorado no dia 25 de Maio, Dia Nacional da Adoção destaca a necessidade de superar perfil restritivo de crianças



"As pessoas tendem a idealizar o filho, têm medo das lembranças dos históricos de vida que ele possa ter e por isso preferem os recém-nascidos", ressaltou a juíza Camila Gutzlaff

Meninas brancas e de até 3 anos são o perfil preferido

Crianças abrigadas recebem apoio psicológico

Ana Paula Nascimento
Reportagem Local

Londrina – Criança de 0 a 3 anos, de cor branca, do sexo feminino e sem problemas de saúde. Esse ainda é o perfil preferido pelas pessoas interessadas em adotar no Brasil. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há 35 mil inscritos no Cadastro Nacional de Adoção e 5,7 mil crianças e adolescentes aptos a serem adotados. Só no Paraná são 653 casos disponíveis para

adoção, mas apenas 45 (6,9%) encontram-se na faixa etária mais solicitada pelos pretendentes – de crianças de até 3 anos.

Em Londrina, segundo informações da 1ª Vara da Infância e Juventude, dos 110 abrigados em sete locais de acolhimento, 59 crianças e adolescentes estariam aptos para adoção, mas a idade avançada da maioria – entre 10 e 12 anos – também acaba sendo um impedimento para agilizar a conquista de um lar para eles. A atual lista de espera em Londrina é compo-

ta por 163 pedidos de adoção. Aproveitando o Dia Nacional da Adoção, comemorado em 25 de maio, o Ministério Público do Paraná está lançando campanha institucional para incentivar a adoção de perfis excluídos pela maioria, como grupos de irmãos, crianças mais velhas, adolescentes, negros, dentre outros.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“As pessoas tendem a idealizar esse filho, têm medo das lembranças dos históricos de vida que ele possa ter e por isso preferem os recém-nascidos. Isso limita a adoção e é muito triste ver uma criança abrigada por tantos anos. Isso não é o ideal e a sociedade precisa se envolver mais nisso. Todos precisam de uma família”, ressalta a juíza Camila Gutzlaff, que está há quase dois meses atuando na 1ª Vara da Infância e Juventude de Londrina.

Segundo ela, os casos de abandono de recém-nascidos na cidade não têm sido muito comuns e os atuais abrigados estão nessa condição por ser vítimas de maus-tratos (violência física e sexual) e uso de drogas pelos pais. Sobre a demora do processo para estar apto à adoção, ela diz que o tempo varia muito, até porque a Justiça tende a esgotar todas as tentativas de inserir, de forma segura, essa criança no meio familiar antes da destituição do poder familiar. “É duro falar isso, mas apesar dos pais serem ruins, parece que elas preferem ficar com eles. É como se tivessem medo de serem abandonadas de novo aceitando uma nova família. É um processo delicado, que precisa ser feito com critérios”, argumenta, lembrando que todas as crianças abrigadas recebem apoio psicológico.

Palestras e cursos para adoção realizados com certa frequência pelo Fórum tentam mudar esse perfil tradicional de adoção, abrindo para a possibilidade da adoção tardia. “Temos boas experiências com a adoção

de crianças mais velhas, mas também casos em que as pessoas fazem a ‘adoção à brasileira’ – sem passar pelos procedimentos legais - e quando o filho adolescente começa a dar problemas, normais para essa fase da vida, querem devolvê-lo.

Quando a adoção é feita por meio de um processo legal, uma série de procedimentos e orientações, como o estágio de convivência, podem evitar esse tipo de situação e as pessoas levam mais a sério a adoção, que não pode ser revogada”, explica a juíza.

Com sete abrigos de acolhimento em Londrina, ela sugere que o ideal é que houvesse na cidade um projeto de “Família Acolhedora” - que já está sendo realizado em Cascavel -, em que casais previamente cadastrados recebem auxílio financeiro para receber temporariamente as crianças que hoje estão nos abrigos e em processo de adoção. “Existe a intenção de realizar o mesmo aqui, mas ainda estamos estudando a possibilidade e verificando se aqui há casais com esse perfil”, afirma.

Enquanto isso não acontece, ela clama por uma maior participação da comunidade, por meio de parcerias e voluntariado, até mesmo para que haja a inclusão dos abrigados após completarem 18 anos. “A partir daí, eles precisam sair e se sustentar. Temos uma rede de apoio municipal que tenta realocá-los em empregos para que possam se sustentar e até viabilizar casas para eles

morarem. Enquanto estão abrigados, estudam, fazem cursos profissionalizantes, mas ficam ansiosos quando chega o período de sair. É muito triste toda essa situação”, lamenta.

PROJETO ENTREGA LEGAL

Para evitar o abandono irresponsável e criminal de recém-nascidos, o Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NEA)/ Fórum de Londrina e o grupo de apoio à adoção Trilhas do Afeto devem lançar o projeto “Entrega Legal”, no dia 1º de julho, às 14 horas, no Salão do Júri do Fórum. A intenção é divulgar a forma de viabilizar a entrega legal de crianças cujas mães não se sintam aptas em criá-las. Os motivos variam desde a falta de condições materiais e/ou afetivas, de apoio familiar até o fato de terem sido vítimas de estupro ou serem usuárias de drogas.

“Podemos ser procurados desde o início da gestação para acompanharmos esse processo ou mesmo após o nascimento. Encaramos esse tipo de atitude da mãe como um ato consciente em querer garantir melhores condições para o filho. É preciso tirar o estigma de ‘vilã’ das mães que optam por isso e o programa vem com essa proposta”, explica a juíza. “Caso durante o processo ela demonstre não estar segura da sua decisão, prevemos também a inclusão dela em outros programas sociais para que possa ficar com a criança”, acrescenta. Após a entrega, a criança será encaminhada para uma família que foi avaliada pela equipe psicossocial e a entrega legal torna este processo mais rápido, de 30 a 60 dias.

CONTINUA

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O projeto deverá ser divulgado entre profissionais de saúde, da assistência social, representantes religiosos e líderes comunitários. É responsabilidade legal fazer a imediata comunicação ao Poder Judiciário ao ter conhecimento de casos de mãe ou gestante interessada em entregar o bebê para adoção. A lei 12.010, de 2009, artigo 258-B, prevê penalizações e pagamento de multas, caso a lei não seja cumprida. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (43) 3372-3228/3372-3229.

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Unidade esgarçada

Nem parece que em tempos recentes o Executivo conseguiu a um só tempo com o Judiciário o acesso aos depósitos judiciais e o estabelecimento do caixa único para enfrentar a crise fiscal daquele exercício. O presidente do Tribunal de Justiça concedeu aos seus servidores os 8,17% da inflação acumulada o que também se aplicará obviamente a juizes e desembargadores. Aquela preocupação com a solidariedade na crise fiscal desapareceu e assim mesmo os judiciários entraram em greve para colocar em pauta outras demandas.

No olhar do desembargador a Lei 15.512 foi aplacada em toda sua extensão e é claro que isso pode gerar questionamentos para ver por que o Executivo se obstina, por alegada crise fiscal, em não segui-la. Se o direito é líquido e certo, o mandado de segurança aparenta ser o remédio. Aparenta porque o casuísmo é infenso à chamada regra de isonomia e com ele o funcionalismo, incluindo aí a massa de professores, iria para as galés nessa sociedade legalíssima e constitucionalíssima de castas.

Mas o mundo jurídico não é assim. O filósofo Ernani Reichmann, o intérprete maior de Kierkgarden no Brasil, que era economista e com formação jurídica, dizia que os juristas descoloriam a realidade para torná-la jurídica. E com essa decisão do TJ e mais a mensagem de ontem do governo fixando os 3,45% em três parcelas e transferindo a data-base para janeiro de 2016 com aplicação então dos 8,37% impulsiona-se a greve ante o o ato governamental que vai além de uma aparência de terrorismo, é terrorismo visceral.

Se o Judiciário deixou de somar as suas preocupações com a crise fiscal junto ao Executivo, os servidores daquele poder, ao contrário, fizeram a greve com um sentido de solidariedade a seus colegas de outras categorias e também para enfocar novas demandas como a de falta de condições de trabalho, escassez de servidores e péssimas acomodações.

É claro que se torna mais fácil a solidariedade tanto na Assembleia como no seu órgão auxiliar Tribunal de Contas, somando preocupações com o Executivo, mas a simetria intrapoderes está rompida, os vasos comunicantes já não aparentam equilíbrio.

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Publicano

Para responder ao pedido de reconsideração de suas decisões que libertaram mais de dez réus da Operação Publicano, formulado pelo Ministério Público Federal (MPF), o ministro Sebastião Reis Júnior, da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), argumentou, em duas páginas, que o subprocurador-geral da República, Hugo Gueiros Bernardes Filho, em sua petição de 36 páginas, “não trouxe argumento capaz de modificar o entendimento manifestado na decisão hostilizada”. Por isso, escreveu ele na decisão publicada ontem, a liminar que deferiu a liberdade “deve ser mantida por seus próprios fundamentos”. O ministro também afirmou que decretou “medidas alternativas à prisão capazes de assegurar a garantia da ordem pública, a instrução criminal e aplicação da lei penal”, como a entrega de passaportes e comparecimento periódico em juízo.

Descumprimento

No pedido de reconsideração, o principal argumento do subprocurador era o fato de o ministro ter levado em conta que o mérito dos habeas corpus dos réus ainda não haviam sido julgados pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Tal procedimento deve ser observado pelos tribunais superiores, conforme prevê a súmula 691 do STF. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, que deflagrou a Operação Publicano para investigar a suposta organização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina, também pediu reconsideração ao ministro. Até o início da noite de ontem o pedido não havia sido julgado.

Militão

●● O juiz Marlon Reis falará hoje, às 20 horas, no Teatro Marista, sobre o tema “Reforma Política: uma leitura a partir do livro ‘O Nobre Deputado’”. O visitante tem uma brilhante carreira, que começou no Maranhão e vem a convite da Rádio CBN.

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Penal de Pepiliasco passa para regime fechado

Londrina – A juíza Elizabeth Khater, da 1ª Vara Criminal de Londrina, reviu na última semana a sentença da artista plástica Vanda Pepiliasco, condenada no último dia 12 de maio a oito anos e seis meses de prisão, em regime semiaberto, pela morte de Cleonice Fátima Rosa. A doméstica foi assassinada em 1993 no apartamento da família, para quem trabalhava à época.

A alteração da sentença trata apenas do regime da pena, que passa de semiaberto para fechado – a duração segue a mesma. A mudança foi solicitada pelo Ministério Público (MP), mas é contestada pela defesa de Vanda no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Apesar do novo regime, a artista plástica segue em liberdade porque seus recursos em instâncias superiores ainda não foram esgotados. No dia 12 de maio, após julgamento que durou 12 horas, Vanda Pepiliasco foi condenada pelo Tribunal do Júri, que conta com sete membros escolhidos entre a sociedade. O número de votos a favor da condenação não é revelado. Tanto a defesa da artista plástica quanto a Promotoria contestam a aplicação da pena. A defesa de Vanda vai pedir diminuição da sentença, enquanto o MP trabalha para que a condenada tenha o período de reclusão aumentado, dada a característica do crime.

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Praczyk nega denúncias sobre supostos fantasmas

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O deputado Edson Praczyk (PRB) usou a tribuna da Assembleia Legislativa (AL), na tarde de ontem, para criticar as investigações do Ministério Público (MP) que apontam a suposta prática de empregar funcionários fantasmas na Casa e ficar com o salário deles. Segundo

reportagem da RPC, entre os supostos fantasmas usados para desviar os valores estariam mulheres de outros pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, à qual pertence o parlamentar.

Praczyk afirmou que a denúncia é infundada e, como prova, colocou à disposição da Justiça a quebra de seu sigilo bancário desde o primeiro mandato (ele está na quinta legislatura): "Se eu produzi ou participei de algum esquema famigerado é

só puxar a minha quebra de sigilo".

O MP aponta que as irregularidades teriam ocorrido entre 2001 e 2003, no primeiro mandato de Praczyk. Ainda conforme o MP, ele teria delegado à funcionária Micheli Borges da Silva, que hoje está lotada na 3ª Secretaria da AL e recebe salário de R\$ 10 mil, a responsabilidade de gerenciar as contas bancárias e controlar a movimentação financeira sobre os salários dos supostos fantasmas. O controle seria feito por procurações assinadas pelos supostos fantasmas.

O Conselho de Ética da Casa, presidido por Praczyk, arquivou recentemente (por unanimidade) o pedido de abertura de processo de cassação contra o ex-presidente da AL Nelson Justus (DEM), acusado de contratações irregulares e desvio de salários de servidores.

INFORME

Deputado ataca repórter

Em discurso realizado na tarde de ontem no plenário da Assembleia Legislativa (AL), para se defender das acusações da existência de funcionários fantasmas em seu gabinete entre 2001 e 2003, divulgadas em matéria veiculada pela RPC, na terça-feira, o deputado Edson Praczyk (PRB) se exaltou e atacou o repórter Marcelo Rocha, que vinha tentando entrevistá-lo desde o início da semana. Ao citar que uma funcionária de seu gabinete ganha um salário bruto de R\$ 10,7 mil, Praczyk questionou a irregularidade das denúncias e emendou: "Talvez, o repórter, não lembro o nome dele, o repórter narigudo... isso, Marcelo Rocha, talvez ele não ganhe isso, o que eu respeito, mas a Micheli (funcionária) ganha". Em outro trecho, o deputado chamou o repórter de energúmeno e, posteriormente, evitou as perguntas feitas por ele durante uma conversa com outros jornalistas. Em nota, o Sindicato dos Jornalistas do Paraná repudia as declarações do deputado e informou que vai estudar as medidas a serem tomadas.

28 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Penas e ressocialização

Sete meses depois da implantação do monitoramento eletrônico para presos provisórios e detentos que cumprem penas no regime semiaberto do Paraná, os resultados podem ser considerados positivos. Reportagem da FOLHA relatou essa semana que dos 498 presos que tiveram acesso às tornozeleiras, 110 descumpriram as regras impostas pela Justiça. O número inclui presos que se deslocaram fora do horário ou do perímetro permitidos, que tentaram violar o equipamento ou que cometeram novos crimes. Dos 22% dos presos que descumpriram as normas estabelecidas, apenas 2,4% (12 presos) cometeram novos crimes.

É consenso entre a opinião pública que o atual modelo prisional praticamente não atua na ressocialização do preso. Cadeias e penitenciárias superlotadas em condições precárias e tempo ocioso contribuem para que os presos se “tornem PhD em criminalidade”. O ideal seria a implantação de atividades laborais, o que nem sempre é possível. E, por isso, as tornozeleiras são uma opção viável. Além de poucos presos voltarem a praticar crimes, o equipamento tem custo bem inferior: enquanto cada tornozeleira custa R\$ 241 mensais ao governo, o custo médio mensal para a manutenção de cada detento no sistema é de R\$ 2 mil.

O mecanismo ainda contribui para esvaziar as prisões. O Brasil detém uma das maiores populações carcerárias do mundo e o número vem crescendo anualmente. Não há condições de abrigar todas essas pessoas dignamente em presídios até porque o orçamento para novas obras é limitado. E, por isso, é preciso implantar alternativas que desafoguem o sistema. As defensorias públicas, que poderiam fazer o trabalho de acompanhamento do cumprimento das penas, funcionam precariamente em vários Estados. A partir da sua correta implantação e da realização mais frequente de mutirões carcerários, o sistema funcionaria melhor. O País precisa investir em soluções modernas que atuem na ressocialização dos presos.

28 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Richa diz ser alvo de calúnias e armações

Em meio a crise financeira e denúncias de corrupção, tucano afirma que Paraná distinguirá 'verdade da mentira'

Em pronunciamento, governador do PSDB acusou adversários de tentar 'arrastá-lo para o mar de lama'

Em meio a uma crise política e econômica no início de seu segundo mandato, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), afirmou nesta quarta-feira (27) que vem sendo alvo de "calúnias e armações" de adversários e que foi traído pelas projeções econômicas do governo federal.

O tucano enfrenta greve de professores e de outras categorias, que protestam contra os cortes de gastos da gestão.

Denúncias de corrupção em apuração pelo Ministério Público também atingem pessoas próximas ao governador. Nas últimas semanas, milhares de manifestantes saíram às ruas contra Richa.

No último protesto, foram 10 mil pessoas nas ruas. Outro acabou com quase duas centenas de pessoas feridas após uma ação policial.

"O nosso governo não será lembrado pelas calúnias dos nossos adversários. O Paraná saberá, ao seu tempo, distinguir o certo do errado, a verdade da mentira", afirmou o tucano em pronunciamento à imprensa.

As denúncias de corrupção foram qualificadas como "leviandade" e "armações" pelo governador, que acusou seus adversários de tentar "arrastá-lo para o mar de lama em que se encontram".

"Tenho sofrido as mais terríveis agressões e maldades. Atacam até mesmo a minha mulher. Espancam publicamente os fatos e conspiram contra a verdade. Pouco importam os fundamentos, porque o importante é condenar sumariamente", afirmou.

'TRAÍDO'

Sobre a crise financeira, Richa disse que foi traído pelos números do governo federal, que projetaram crescimento maior da economia e impulsionaram o Estado a gastar mais do que deveria —o Paraná fechou 2014 devendo R\$ 1,2 bilhão a fornecedores.

"Fomos traídos em nossa confiança, acreditando nos dados oficiais. Nos iludiram e tivemos que agir", afirmou, justificando o ajuste fiscal feito pelo governo estadual.

"Acreditamos que a contabilidade nacional não era uma peça de marketing."

Richa disse que o momento mais duro do ajuste no Paraná, que incluiu mudanças na aposentadoria estadual e alta de impostos, acabou.

Ele ofereceu dar 3,45% de aumento aos professores, parcelado em três vezes, e antecipar a data-base para janeiro e conceder o índice da inflação projetada, de 8,37%.

Os 3,45% de reajuste neste ano estão abaixo da inflação dos últimos 12 meses e só compensam a alta de preços até dezembro de 2014.

A APP Sindicato, que representa os professores, afirmou que considera a proposta "imoral e indecente", e que o índice de 3,45% é "pífio".

O comando de greve irá se reunir nesta quinta (28) para deliberar sobre a proposta. (ESTELITA NASS CARAZZAI)

28 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Entidade da indústria contrata Azeredo, réu no mensalão tucano

Federação de Minas Gerais paga R\$ 25 mil por mês a ex-governador, que é acusado de peculato e lavagem

Ele foi contratado como diretor-executivo por causa de sua atuação na Câmara e no Estado, afirma sua assessoria

Ex-governador e réu no mensalão tucano, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foi contratado pela Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), por um salário de R\$ 25 mil, para atuar como diretor-executivo das áreas internacional e de tecnologia, ciência e inovação.

Azeredo começou a trabalhar em março, pouco mais de um ano após renunciar ao cargo de deputado federal.

Ao deixar a Câmara, disse em carta que não concordar com as acusações pelos crimes de peculato e lavagem de dinheiro. Acusou ainda a Procuradoria-Geral da República, que pediu 22 anos de prisão, de reeditar a Inquisição.

Com isso, o STF devolveu seu processo à primeira instância, em Belo Horizonte, onde ainda não foi julgado.

Segundo o Ministério Público, o mensalão tucano foi um esquema de desvio de dinheiro público do governo de Minas para a fracassada campanha do então governador Azeredo à reeleição, em 1998.

O caso começou a ser investigado em 2005, ao ser descoberto em meio ao mensalão

petista. A Procuradoria apresentou denúncia em 2007.

Segundo sua assessoria, o tucano foi contratado para a Fiemg por causa de sua atuação na Câmara, na qual foi presidente da Comissão de Tecnologia e membro da Comissão de Relações Exteriores, e por ter sido governador de Minas entre 1995 e 1998.

A instituição diz que Azeredo “presta consultoria em assuntos internacionais, de inovação, ciência e tecnologia” e que, por ter feito parte das comissões relacionadas aos temas no Congresso, ele tem “intenso relacionamento com embaixadores e instituições internacionais”.

Não é a primeira vez que a federação contrata políticos para fazer consultoria.

O atual governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), confirma ter recebido R\$ 2 milhões em 2009, depois de deixar a Prefeitura de Belo Horizonte, para prestar serviços à entidade.

28 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF decide que cargo majoritário é do eleito

Decisão beneficia senadora Marta Suplicy, que teve o mandato reivindicado pelo PT após deixar o partido em abril

Definição permite que presidente, senador, governador e prefeito troquem de legenda sem perder o mandato

Um dia depois de o PT de São Paulo reivindicar na Justiça Eleitoral a cadeira da senadora Marta Suplicy, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta-feira (27) que a perda do mandato em razão da troca de partido não se aplica a cargos majoritários.

A decisão, por unanimidade, foi uma resposta a recurso da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra resolução da Justiça Eleitoral que estendia os critérios de fidelidade partidária a políticos eleitos para cargos majoritários: presidente da República, governadores, prefeitos e senadores.

Ela servirá de parâmetro para o julgamento do caso envolvendo a senadora, que deixou o PT no final do mês passado e deve concorrer à Prefeitura de São Paulo em 2016.

Os ministros Marco Aurélio Mello e Dias Toffoli, atual presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), citaram a situação da parlamentar durante a sessão da Suprema Corte.

“Marta Suplicy deve estar de alma lavada, para dizer o mínimo”, brincou Mello.

O resultado foi comemorado pela senadora. “O país tem sólidas instituições. A histórica decisão, referendando que na eleição majoritária deve-se

“ A senadora Marta Suplicy deve estar de alma lavada, para dizer o mínimo

MARCO AURÉLIO MELLO
ministro do STF

A decisão [...] coloca fim a polêmicas, prevalecendo o principal instrumento da democracia: o voto

MARTA SUPLYCY (SEM PARTIDO-SP)
senadora, em nota

respeitar a soberania popular e as escolhas dos eleitores, coloca fim a polêmicas, prevalecendo o principal instrumento da democracia: o voto”, afirmou Marta, em nota.

O relator da ação no STF, Luís Roberto Barroso, lembrou que, em 2014, apenas 7% dos 513 deputados federais foram eleitos por votação própria, sem se beneficiar de votos computados a correligionários e à legenda.

“Se um candidato eleito ao Senado Federal com mais de 1 milhão de votos muda de partido, assumiria o suplente. Joga-se fora um milhão de votos e dá-se o cargo para quem não teve voto nenhum e muitas vezes o eleitor nem sabe o nome”, argumentou.

A resolução do TSE estabelecia que os mandatos pertenciam à sigla, não ao político. Por isso, desfiliações sem justa causa estavam sujeitas a punição de perda do mandato.

No caso de deputados e vereadores, as siglas ainda podem reivindicar o mandato se eles trocarem de partido.

A avaliação no comando nacional do PT foi de que o presidente estadual da sigla, Emídio de Souza, cometeu um “erro estratégico” ao ter reivindicado o cargo. A ideia sofria resistência da cúpula, mas Souza argumentou estar sob pressão para adotar uma medida contra Marta. (GABRIEL MASCARENHAS E CATIA SEABRA)

FOLHA DE S. PAULO

A derrota

JANIO DE FREITAS

28 MAI 2015

O maior derrotado na
votação da reforma política
não foi Cunha, mas sim o
ministro Gilmar Mendes

AS DERROTAS de Eduardo Cunha em propostas muito desejadas por ele na fracassada reforma política, embora chamem mais atenção, não o tornam o maior perdedor nessas surpreendentes votações da Câmara. O maior derrotado não votou, não estava lá, nem tinha por que estar —ainda que sua arma devesse ser também e sempre o voto.

O maior derrotado nas derrotas da reforma é o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Uma só das propostas ligou Gilmar Mendes às pretendidas mudanças na legislação política. Mas foi a mais importante: o financiamento das campanhas eleitorais. Origem e campo da mais grosseira e constante corrupção que deteriora a administração pública e arruína toda a vida política.

No julgamento do Supremo entre a extinção e a permanência desse financiamento eleitoral por empresas, já com a extinção apoiada pela maioria (6 votos a 1, faltando 3), Gilmar Mendes paralisou a votação, com um pedido de vista do processo. Já o retém há um ano e um mês. A retenção correspondeu à espera da iniciativa prevista no Congresso para confirmar a continuidade da ligação direta entre dinheiro de empresas e eleições.

Favorável, claro, ao financiamento empresarial, Eduardo Cunha providenciou a ação no Congresso. Com esperta proposta incluída no projeto de reforma política por ele decidido e conduzido até o penúltimo passo. Era uma emenda que incluiria na Constituição o financiamento empresarial, assim prevenindo -o da proibição pelo Supremo ou por

alteração da lei eleitoral. Contra a expectativa generalizada, a emenda foi derrubada pela maioria da Câmara, já madrugada de ontem.

De abril do ano passado para cá, Gilmar Mendes expôs de público, numerosas vezes, sua defesa da participação financeira das empresas nas eleições. Tornava ostensivo que não impedia a conclusão do julgamento no Supremo para exame do processo.

Em termos morais, éticos, jurídicos e institucionais, Gilmar Mendes apostou muito alto no financiamento empresarial, muito mais do que o outro grande derrotado Eduardo Cunha. A derrota foi maior, e com mais sentidos.

O julgamento do Supremo deverá ser retomado. Não se sabe quando, nem se por iniciativa de Gilmar Mendes, se por aplicação do poder/dever do presidente do Supremo de agendar, para votação, processos retidos por tempo contrário às normas do tribunal. O simples reinício selará o fim da sociedade de urnas e cofres empresariais.

SERVIÇO GARANTIDO

Tínhamos que passar o vexame de serem polícias estrangeiras a levar para a cadeia um ex-presidente da CBF, dos três possíveis.

Desde seu distante tempo de CBD, a CBF goza no Brasil de um habeas corpus incassável e não concedido. As suspeitas suscitadas pelas administrações de João Havelange e Ricardo Teixeira, com extensão aos próprios, tiveram sempre a protegê-las

o argumento de que, sendo privada e não pública, a entidade não está sujeita a investigações da Polícia Federal. E menos ainda a intervenção.

As contestações ao argumento jamais encontraram espaço e tempo bastantes para prosperar. Na verdade, não foram muitas. As ramificações sociais e políticas de Havelange e Teixeira, sempre lubrificadas pela CBD e depois CBF, prestavam serviço completo.

A Costa Rica instaurou inquéritos ontem mesmo contra sua a entidade do futebol e contra o dirigente preso na Suíça.

28 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Senador do PMDB tem sigilo telefônico quebrado

Além de Valdir Raupp, decisão do Supremo atinge assessora, Youssef e dois executivos

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Teori Zavascki, autorizou nesta quarta (27) a quebra do sigilo telefônico do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), suspeito de participação do esquema de corrupção na Petrobras.

Além dele, a decisão atinge uma assessora, o doleiro Alberto Youssef e Othon Zanoide e Ildelfonso Colares, ambos ex-dirigentes da Queiroz Galvão acusados de atuar no pagamento de propina e em fraudes em licitações.

Relator dos inquéritos relacionados à Operação Lava Jato que tramitam no Supremo, Teori atendeu a uma solicitação da Polícia Federal. A PGR (Procuradoria-Geral da União) deu parecer favorável à solicitação dos policiais.

Com isso, a PF terá acesso aos sigilos telefônicos dos cinco citados, referentes ao período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010.

Youssef, em um dos depoimentos de seu acordo de delação premiada, disse a investigadores que a campanha de Raupp ao Senado, em 2010, foi abastecida por R\$ 500 mil desviados da Petrobras.

O senador nega acusação e sustenta que a contribuição ocorreu dentro dos limites da lei. (GABRIEL MASCARENHAS)

28 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

É jornalismo reproduzir vídeos de execuções?

RICARDO CARVALHO

Você já prestou atenção, caro leitor, nos cenários, no figurino, na postura ultradisciplinada do pessoal do Estado Islâmico nos vídeos de execuções que eles distribuem? Ao fundo fica o deserto, os condenados vestem laranja, cor que se destaca ao contrastar com o traje negro dos militantes de cabeças cobertas. Toda essa mise-en-scène ajuda a aumentar o mistério.

Os condenados ajoelhados, o semblante mais sério impossível, enquanto um dos carrascos faz um discurso qualquer sobre a sentença que será aplicada dali a momentos.

A sentença é, então, aplicada com os rigores do sadismo e crueldade raramente captados por uma câmera, vamos dizer, jornalística, que registra a realidade. Mas, no caso dessas execuções, há uma realidade certinha demais para ser jornalismo — e ficam os telejornais do mundo inteiro esperando o próximo capítulo.

Há uma comoção e a condenação planetária com todas essas crueldades praticadas por esses bárbaros enlouquecidos pelo fanatismo.

Cabe a nós, jornalistas, fazer uma pergunta: e se os telejornais do mundo inteiro se recusassem a mostrar o que a “emissora” do Estado Islâmico produz com tanto esmero

Com redes sociais e celulares, cada um se sente no direito de veicular sua notícia, como é o caso do Estado Islâmico. Isso não pode ser jornalismo

e sofisticação? Sem público para repercutir, será que continuariam com as matanças?

E se continuassem, mesmo sem TV como palco, será que conseguiriam ser tão famosos a ponto de recrutar jovens de diferentes países e culturas? É lógico que, para esse recrutamento, a internet dá conta do recado. Mas é —ou costuma ser— pela televisão e pelos jornais que o fato vira, vamos dizer, notícia.

Seriam acusados de autocensura os jornalistas de emissoras ocidentais que se recusassem a veicular essas imagens? Não são respostas fáceis, pois o fato jornalístico está lá.

Voltemos à TV, já que é ela que está, de alguma forma, na berlinda. Por fora, corre a pergunta: será que o telejornalismo tem algum poder de influenciar ou, mesmo, de mudar comportamentos? Ou será que, para o distinto público, jornalismo e ficção se confundem na telinha?

Na minha curta trajetória de re-

pórter da TV Globo, em 1980, cobri as manifestações de rua que já vinham pipocando no centro de São Paulo. Nada me irritava mais do que perceber que algumas dessas passeatas só começavam a se movimentar quando a nossa equipe chegava para a cobertura.

Por causa da minha militância no Sindicato dos Jornalistas, conhecia quase todos que estavam lá, mas nem por isso ficava menos indignado. Mesmo por uma causa tão nobre tenho hoje a impressão de que era “usado” pelos manifestantes.

Em anos anteriores, como repórter da Folha, eu não me sentia assim, já que as passeatas definitivamente não começavam quando um repórter sem câmera e sem microfone chegava para a cobertura.

Talvez não custe aos profissionais de televisão dobrar a atenção para o que é e o que não é jornalismo.

Com as redes sociais e os celulares, cada um se sente no direito de veicular a sua própria notícia, como é o caso dos terroristas do Estado Islâmico. Ou os conceitos do que é jornalismo e do que é notícia na TV precisariam ser revistos?

RICARDO CARVALHO, 66, jornalista, foi repórter da TV Globo e da Folha, diretor de jornalismo da TV Cultura e editor-chefe do “Globo Repórter”

28 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cartão vermelho

Investigação sobre esquema criminoso envolvendo dirigentes da Fifa reforça necessidade de haver maior transparência no futebol

Em uma jogada ensaiada entre a Justiça dos Estados Unidos e a polícia da Suíça, sete dirigentes da Fifa foram presos em Zurique nesta quarta-feira (27), onde estavam reunidos para o congresso anual da entidade máxima do futebol.

A operação pegou todos de surpresa, mas a Fifa não demorou a reagir. O comitê de ética da federação internacional baniu provisoriamente do futebol 11 pessoas acusadas pelas autoridades americanas de integrar um esquema de enriquecimento ilícito envolvendo organização, comercialização e transmissão de eventos esportivos.

Tanto a ação policial como a resolução ética atingiram José Maria Marin, ex-presidente da CBF, mas a confederação brasileira se mostrou mais hesitante do que a Fifa.

Por meio de nota sucinta, a princípio limitou-se a declarar apoio às investigações e a anunciar que aguardaria “sua conclusão, sem qualquer julgamento que previamente condene ou inocente”.

Ao final, o texto oficial lembrava que “a nova gestão da CBF” teve início no dia 16 de abril deste ano —uma simplória tentativa de manter a atual cúpula da entidade distante do escândalo.

Não seria o caso, obviamente, de atropelar as instâncias judiciais

ou de supor que a resposta da Fifa lhe assegurará um salvo-conduto a partir de agora. Chama a atenção, contudo, a visível diferença de tom na manifestação inicial das entidades, e soa natural esperar que a brasileira apresente bons motivos para esse contraste.

Também faria bem se explicasse como investigadores dos Estados Unidos enxergaram uma rede criminosa que jamais foi vista pela “nova gestão da CBF”. Seu presidente, Marco Polo Del Nero, ocupou o cargo de vice-presidente na gestão de Marin, e este era vice-presidente na gestão de Del Nero, até ser afastado como consequência da decisão da Fifa.

Segundo autoridades americanas, o esquema incluía fraude, suborno e lavagem de dinheiro. Remontando a 1990, envolveu duas gerações de dirigentes ligados a torneios como Copa América, Libertadores e Copa do Brasil.

Marin, ainda de acordo com a Justiça dos EUA, chegou a receber R\$ 2 milhões por ano a título de propina de empresas como a Traffic Group, maior agência de marketing esportivo da América Latina. Seu proprietário, José Hawilla, é réu confesso nos EUA.

Há muito se sabe que falta transparência às entidades do futebol. Talvez as investigações conduzidas nos Estados Unidos forneçam o estímulo que faltava para ocorrer uma verdadeira transformação na organização do esporte.

O amargurado futebol brasileiro só terá a agradecer.

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Livro didático

O violento confronto entre a Polícia Militar e os professores da rede estadual ocorrido no dia 29 de abril passado, no Centro Cívico, é o tema do livro que as professoras Maria Auxiliadora Schmidt e Ana Claudia Urban lançam hoje (28), às 19 horas, no Edifício D. Pedro I, na Reitoria da UFPR. *Um registro do 29 de abril de 2015: para não esquecer* relata os acontecimentos do dia que entrou para a história da política paranaense no século 21.

Hospital debate em livros a violência contra crianças

Felippe Aníbal

O Hospital Pequeno Príncipe promoveu na quarta-feira (27) o lançamento de dois livros infantis, com o objetivo de ampliar o debate sobre a prevenção da violência contra a criança. As obras são: *Eu sei de mim*, voltado a crianças de 3 a 8 anos de idade, e *Eu sei de mim. Ah, sei sim*, indicado para faixa etária de 9 a 12 anos. Os livros foram escritos pela psicóloga Thelma Alves de Oliveira, cuja trajetória é marca-

da pela luta em prol da atenção às crianças.

Cada publicação contém dez poemas sobre o cotidiano das crianças e pretende provocar a reflexão sobre o tema. Desta forma, a autora espera que os livros sejam ferramentas de proteção. As obras também são indicadas a educadores e pais. A ação faz parte da Campanha Pra Toda Vida — a violência não pode marcar o futuro das crianças.

“Os livros pretendem ser um instrumento para garantir direitos, proteger e educar para autonomia. Seu propósito é ajudar os adultos a darem proteção e cuidado suficientes, mas também ajudar as próprias crianças perceberem situações que as colocam em risco e, principalmente, saber como lidar com elas.”

COLUNA DO LEITOR

Greve dos professores 3

É de uma completa discrepância a protelação do TJ-PR em julgar o recurso da APP-Sindicato no que tange ao retorno dos professores para sala de aula. Se houver o chamado corte nos salários dos grevistas, como anunciou o governo, deveríamos, nós professores, requisitar aos nobres desembargadores a doação de um mês do auxílio-moradia que recebem mensalmente. Somando-se os valores pagos com esse penduricalho, pagaria todos os dias em que professores e servidores da educação estão parados.

Marcelo Rebisnki, historiador

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

28 MAI 2015

Batalha ensinou pouco

A “batalha do Centro Cívico” completa um mês nesta sexta-feira (29). Não é motivo de comemoração — ao contrário, permanece ainda vivo o trauma causado pela violência desproporcional que as forças policiais usaram para conter os milhares de servidores que, em 29 de abril, pretendiam impedir “na marra” a votação do projeto de mudanças no sistema previdenciário pela Assembleia. Mais de 200 pessoas ficaram feridas pelas balas de borracha, bombas de gás, spray de pimenta, cassetetes e mordidas de pitbulls.

O Paraná não mais é o mesmo desde então. As imagens da violência policial correram o mundo e corroeram o que restava da boa imagem que o governador Beto Richa empenhava-se em cultivar. Caiu-lhe sobre a cabeça unânime condenação por parte da opinião pública e de organizações de defesa dos direitos humanos, nacionais e estrangeiras.

Em meio à batalha, o governo pode contabilizar apenas uma vitória — a de ter conseguido aprovar o projeto da Paranáprevidência, feito que considerava vital para reequilibrar as depauperadas finanças públicas e para cumprir

sem problemas a data-base de aumento do funcionalismo. Aliás, esse foi um dos mais poderosos argumentos brandidos pelo líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Cláudio Romaneli, para convencer seus pares a aprovar as mudanças na previdência.

O desgaste não serviu de lição para o governador Beto Richa. Para agravar seu visível processo de derretimento, dias depois do massacre apresentou aos já revoltados servidores uma proposta de reajuste salarial a quem da corrosão inflacionária. Em vez de repor os 8,17% já comidos pela inflação do ano, ofereceu 5% divididos em duas parcelas.

Não poderia esperar outra reação senão a continuidade da greve do professorado e a extensão da parali-

sação de servidores de outros setores. O prejuízo é brutal e não pode ser traduzido em valores monetários, mas em perda do ano letivo, suspensão de vestibulares e precarização dos demais serviços públicos. A sociedade toda sofre.

O governo não tem como dar o reivindicado aumento integral? Pode ser. Afinal, as finanças estão de tal modo desorganizadas e as dívidas acumuladas são de tal monta que, de fato, parece não haver fundos suficientes para aguentar a pancada única de 8,17%.

Mas aí está outra lição não aprendida: o governo se nega a dar transparência às dificuldades que enfrenta. Não apresenta números que indiquem com clareza o tamanho de suas receitas, despesas de dívidas. Fontes oficiais divergem sobre cifras; as extraoficiais não se arriscam a fazer projeções confiáveis.

Resultado: crescem a incompreensão e a desconfiança do funcionalismo, que já não vê motivos para acreditar na proposta feita nesta quarta-feira (27) pelo governo de repor em prestações todas as perdas inflacionárias até janeiro, condicionando-as, porém, ao comportamento do caixa até lá.

CONTINUA

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O problema é que o governo deixou de ser levado a sério. Tanto que talvez seja o primeiro, desde a redemocratização, a ver ameaçada a confortável maioria parlamentar que detinha no início da gestão. Já se contam nos dedos os deputados dispostos a obedecer cegamente às ordens palacianas. Na sessão desta quarta, à exceção de Romaneli e do presidente Ademar Traiano, nenhum deputado da base arriscou um pio em favor da proposta.

A questão do aumento do funcionalismo é, porém, apenas um capítulo de uma novela cujo enredo dificilmente poderia ser imaginado pelo mais competente roteirista da Globo. Tramas paralelas, como a corrupção na Receita Estadual, primos distantes, secretários patéticos e metas de arrecadação de cobertores completam o teatro do absurdo, cujo script conta a história de como um governante, sempre tão vitorioso e bem avaliado, consegue a façanha de gastar seu capital político em tão poucos meses.

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

MP denuncia Praczyk por desviar R\$ 34 mil da Alep por meio de fantasma

Kelli Kadanus

O Ministério Público do Paraná (MP) apresentou à Justiça, na semana passada, uma denúncia contra o deputado Pastor Edson Praczyk (PRB) por manter uma funcionária fantasma em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) entre 2001 e 2005. Além de Praczyk, o assessor parlamentar Luiz Alberto de Lima, funcionário de carreira da Assembleia, também foi denunciado pelo MP. Além desse caso, o Ministério Público tem outra investigação contra Praczyk sobre supostos servidores fantasmas em seu gabinete, conforme mostrou a edição da quarta-feira (27) da *Gazeta do Povo*.

De acordo com a denúncia, Lima se aproximou de uma vizinha, a dona de casa Rosemary de Amorin, que fazia reuniões periódicas de orações em sua casa. Como ela estava passando por dificuldades financeiras, o assessor pediu os documentos dela, para que fossem benzidos.

"Participando das atividades religiosas, Luiz ganhou a confiança de Rosemary e a pretexto de 'abençoá-la' pediu os documentos da referida senhora. Movida pela fé e em uma situação financeira difícil, Rosemary franqueou a Luiz seus documentos pessoais acreditando que receberia 'alguma ajuda'", diz um trecho da denúncia. "De posse dos documentos, Luiz Alberto os levou ao deputado Edson Praczyk, cujo cargo

permitia nomear assessores e garantir disponibilidade jurídica de dinheiro público para remunerá-los", diz o MP.

Segundo o MP, ela não recebia o salário e o dinheiro ficava com o assessor de Praczyk. "Senhora Rosemary não tinha qualquer ciência do que ocorria, declarando que nunca prestou serviço em favor do mencionado político", diz o MP.

O total desviado para as contas de Lima foi de R\$ 34 mil, divididos do seguinte modo: entre 2001 e 2002 foram 11 pagamentos de R\$ 1,2 mil; em maio de 2004 o valor foi de R\$ 1.050; entre julho e setembro do mesmo ano foram R\$ 2,8 mil mensais. Em 2005, a Alep pagou R\$ 2.852 entre fevereiro e abril e mais R\$ 2.838 em maio.

"Por recebimento das remunerações que seriam pagas a Rosemary, Pastor Edson e Luiz Alberto indicaram ao setor de folha de pagamento da Assembleia as contas de Luiz Alberto", diz a denúncia do MP.

De acordo com o Ministério Público do Paraná, o deputado Edson Praczyk também é investigado por manter funcionários fantasmas em seu gabinete em outro procedimento em tramitação. O MP não deu detalhes sobre a investigação.

Outro lado

Procurado pela reportagem, Praczyk disse apenas que não tinha conhecimento da denúncia do MP. Já o assessor parlamentar Luiz Alberto de Lima, que atualmente trabalha no gabinete da deputada Cláudia Pereira (PSC), foi procurado. Mas a assessoria do gabinete da deputada não deu retorno aos pedidos de entrevista da reportagem.

Colaborou: Euclides Lucas Garcia

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

➤ OPERAÇÃO PUBLICANO

Após denúncia, Receita apura suposta sonegação de R\$ 115,5 milhões

LONDRINA

Fábio Silveira, do jornal de
Londrina

A Delegacia da Receita Estadual de Londrina notificou 64 empresas da região, suspeitas de sonegar cerca de R\$ 40,1 milhões em ICMS. A ação faz parte do "Projeto Créditos", que investiga o uso de créditos de ICMS gerados "artificialmente", a partir de transações comerciais inexistentes. De acordo com a Secretaria da Fazenda, 275 empresas de todo o Paraná estão sendo verificadas. Juntas elas teriam sonegado R\$ 115,5 milhões.

O uso de créditos falsos é um dos métodos usados pelas empresas ligadas aos auditores fiscais investigados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), na Operação Publicano. O Gaeco investiga uma suposta "organização criminosa" formada por auditores, contadores e empresários que são acusados de favorecer a sonegação de impostos mediante propina.

Os créditos investigados pela Receita teriam sido gerados por meio de compra de mercadorias de empresas de outros estados e que já foram fechadas. A reportagem tentou contatar o delegado da Receita em Londrina, Márcio Muller Melle, mas ele não atendeu a reportagem.

Em entrevista à rádio Paquerê AM, Melle afirmou que a primeira lista de empresas suspeitas de adotar essa prática chegou na semana passada. Segundo ele, depois de notificadas, essas empresas terão que "comprovar a validade dos créditos". Caso não comprovem, terão de pagar o ICMS devido. "Temos notícia de que há muito crédito indevido sendo utilizado. Há créditos que não têm comprovação nenhuma, não têm documentos", disse Melle à rádio.

O "Projeto Créditos" da Receita é uma resposta às investigações do Gaeco, que resultaram na denúncia de 62 pessoas em abril. Entre os denunciados, 15 são auditores fiscais.

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

STF mantém exigência de desempenho no Enem para acesso ao Fies

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve válida a regra que exige para a concessão do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) que o candidato tenha obtido média superior a 450 pontos na nota final e pontuação superior a zero na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A norma vale para novas inscrições, que tiveram o prazo encerrado em 29 de abril. Para a renovação do benefício já contratado, a nova regra não será aplicada — ou seja, não será considerada a pontuação obtida na prova ou na redação. Esse entendimento já é aplicado pelo Ministério da Educação (MEC). O prazo para as renovações termina em 30 de junho.

A decisão foi tomada no julgamento de uma ação proposta pelo PSB. Por cinco votos a quatro, o STF manteve a decisão liminar que tinha sido tomada individualmente pelo relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso, em 29 de abril.

Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Teori Zavaski e Dias Toffoli foram os votos vencidos. Dias Toffoli foi o primeiro a discordar do relator. Para ele, quem prestou o Enem em 2014 tinha a expectativa de se inscrever no Fies pelas regras anteriores e, portanto, não poderia ser prejudicado pela mudança de regra às vésperas da inscrição. Toffoli defendeu a aplicação da portaria do MEC apenas para quem fizer o Enem a partir de 2015.

Acesso ao site

O STF também decidiu que o MEC é obrigado a aceitar inscrições de estudantes que não conseguiram concorrer ao Fies por problemas de acesso ao site.

A corte não esclareceu, no entanto, como o aluno irá comprovar que a pane no sistema o impediu de pleitear a bolsa.

A decisão beneficia somente alunos que resolveram concorrer ao Fies pela primeira vez neste ano e que tentaram se inscrever, sem sucesso, entre 23 de fevereiro de 2015 e 29 de março de 2015 — antes do critério da nota mínima do Enem passar a valer.

Perguntado se o candidato beneficiado pela decisão do STF deveria procurar o Judiciário, o relator do caso no STF, Luís Roberto Barroso, disse que o correto é recorrer ao próprio Ministério da Educação.

“O MEC não deve gerar sobrecarga à Justiça desnecessária. É só uma questão de o postulante ser capaz de demonstrar que tentou se inscrever (e não conseguiu)”, afirmou o ministro.

O veredicto do Supremo não determina a concessão automática de bolsa, mas garante a uma parcela de alunos o direito de participar do processo seletivo.

Procurado, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informou que ainda não notificado da decisão.

Madrasta de Bernardo não responde juiz

A enfermeira Graciele Ugulini, acusada de assassinar o enteado Bernardo Boldrini, em abril de 2014, exerceu o direito de permanecer calada em audiência realizada na quarta-feira (27) no Fórum de Três Passos (RS).

Questionada pelo juiz Marcos Luís Agostini, Graciele não respondeu seu nome, idade, endereço nem estado civil. Ela é casada com Leandro Boldrini, pai do garoto e também acusado pelo crime.

Graciele falou apenas quando Agostini perguntou sobre sua filha, do casamento com Boldrini. A enfermeira disse que a menina tem dois anos.

A madrasta de Bernardo não quis responder nenhuma pergunta, nem mesmo de seu advogado de defesa. Ela não quis permanecer na sala para escutar os demais acusados da morte do garoto.

Na audiência, a aparência de Graciele é muito diferente da imagem divulgada nos meios de comunicação na época do crime. Ela aparecia loura e sorridente nas fotos retiradas de seu perfil do Facebook. Agora, a enfermeira parece abatida, com o cabelo castanho sem tintura nem corte, quase até a cintura, preso em um rabo de cavalo baixo. Graciele é acusada de assassinato e ocultação de cadáver, por ter enterrado o corpo do enteado e dificultado a investigação.

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» DECISÃO DO STF

Ocupante de cargo majoritário pode trocar de partido

▀ O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (27), por unanimidade, que ocupantes de cargos majoritários não correm o risco de perder o cargo quando mudam de partido durante o exercício do mandato. A Procuradoria-Geral da República havia recorrido ao Supremo contra uma resolução da Justiça Eleitoral que estendia os critérios de fidelidade partidária a políticos eleitos a cargos majoritários (presidente da República, governadores, prefeitos e senadores).

O veredicto do STF beneficia diretamente a senadora Marta Suplicy (SP), que anunciou sua saída do PT recentemente. O partido havia entrado com ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na terça-feira (26), para reivindicar o mandato da senadora, argumentando infidelidade partidária. A decisão do STF servirá de base para o julgamento do caso.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello citou a situação da parlamentar paulista durante a sessão desta quarta no STF. "A senadora Marta Suplicy deve estar de alma lavada, para dizer o mínimo", brincou Marco Aurélio. Marta divulgou nota oficial em que comemorou o desfecho do julgamento no Supremo.

28 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Usucapião rural: necessidade de averbação da reserva legal

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados
(geroldo@gahauer.com.br).

Colaboração: Roberta Del Valle Borin, G. A. Hauer Advogados Associados.

Em recente decisão, a terceira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial 1.356.207, entendeu que o registro de imóvel rural, adquirido por sentença de usucapião está condicionado à averbação da reserva legal ambiental, entendida como área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 do Código Florestal, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna sil-

vestre e da flora nativa, mesmo nos casos de aquisição originária de imóvel sem matrícula.

Em que pese o Código Florestal revogado (ainda vigente quando da interposição do Recurso Especial), mencionar a necessidade da averbação apenas nos casos de transmissão, desmembramento e retificação de área de imóvel rural, no precedente acima mencionado, o relator, acompanhado dos demais ministros, condicionou "o registro da sentença de usucapião ao prévio registro da reserva legal no Cadastro Ambiental Rural (Car)", ainda que não se tratasse de uma transmissão literal de propriedade.

Nos termos do voto proferido pelo ministro relator, "uma interpretação estrita do dispositivo legal poderia levar à conclusão de que a aquisição originária, por não estar expressamente prevista, estaria excluída da necessidade de averbação da reserva legal no ato do registro averbando à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro imobiliário competente, a área de reserva legal". Porém, "a exceção é justificada pela magnitude da importância do

direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado".

Assim, o ministro relator, Paulo de Tarso Sanseverino, baseou sua decisão no princípio *in dubio pro natura* e na Constituição Federal (arts. 1º, inciso III e 225), ou seja, através da hermenêutica, utilizou a norma que prioriza a proteção ao meio ambiente.

Esse entendimento visou garantir a finalidade protetiva da norma, uma vez que, sendo comum no meio rural a transmissão apenas do domínio, desacompanhada da transmissão da propriedade, haveria uma redução demasiada da eficácia da norma ambiental nos casos de aquisição por usucapião.

Interpretando a palavra "transmissão" em sentido amplo, denotando o ato de passar algo a outrem, de modo a abranger também a usucapião, o relator priorizou o princípio *in dubio pro natura*, privilegiando assim, o sentido que confere maior proteção ao meio ambiente.

Importante ressaltar que com a entrada em vigor do novo Código Florestal e tendo em vista a instituição do Cadastro Ambiental Rural, o qual concentra as informações ambientais dos imóveis rurais, o relator entendeu que a nova legislação florestal é aplicável ao caso, sendo necessário, portanto, condicionar o registro da sentença de usucapião ao prévio registro da reserva legal no Car. Na legislação anterior, o registro ocorria no Cartório de Registro de Imóveis.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Novo ouvidor-geral do TJ-PR toma posse

Tomaram posse nesta terça-feira (26) os novos ouvidores do Tribunal de Justiça do Paraná. Eles foram eleitos por aclamação pelo Tribunal Pleno na última segunda-feira (25). O desembargador Arquelau Araújo Ribas irá ocupar cargo de ouvidor-geral do Tribunal e a desembargadora Lenice Bodstein vai atuar como ouvidora-substituta. Eles exercerão as funções no biênio 2015/2016.

Segundo o TJ-PR a Ouvidoria, que foi criada em 2011, atendeu biênio 2015/2016 no primeiro trimestre de 2015. Para o novo ouvidor, o órgão deve ser um elo entre o Judiciário e a sociedade e as reclamações e sugestões devem ser ouvidas como em um SAC de uma empresa e resultar projetos para serem levados à presidência do Tribunal.

Ribas é natural de Bagé (RS) e graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná. Ingressou na magistratura em 1978, em 2002 foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada e, em 2004, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Lenice Bodstein é natural, no Rio de Janeiro (RJ), bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, turma 1977. Ingressou na magistratura em 1986. Foi promovida a desembargadora do TJ-PR em 2011. É especialista em Direito de Família pela PUC-PR e presidente seccional do Instituto de Direito de Família (IBDFAM) – Paraná.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Novo ouvidor-geral do TJ-PR toma posse

Tomaram posse nesta terça-feira (26) os novos ouvidores do Tribunal de Justiça do Paraná. Eles foram eleitos por aclamação pelo Tribunal Pleno na última segunda-feira (25). O desembargador Arquelau Araújo Ribas irá ocupar cargo de ouvidor-geral do Tribunal e a desembargadora Lenice Bodstein vai atuar como ouvidora-substituta. Eles exercerão as funções no biênio 2015/2016.

Segundo o TJ-PR a Ouvidoria, que foi criada em 2011, atendeu biênio 2015/2016 no primeiro trimestre de 2015. Para o novo ouvidor, o órgão deve ser um elo entre o Judiciário e a sociedade e as reclamações e sugestões devem ser ouvidas como em um SAC de uma empresa e resultar projetos para serem levados à presidência do Tribunal.

Ribas é natural de Bagé (RS) e graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná. Ingressou na magistratura em 1978, em 2002 foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada e, em 2004, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Lenice Bodstein é natural, no Rio de Janeiro (RJ), bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, turma 1977. Ingressou na magistratura em 1986. Foi promovida a desembargadora do TJ-PR em 2011. É especialista em Direito de Família pela PUC-PR e presidente seccional do Instituto de Direito de Família (IBDFAM) – Paraná.



28 MAI 2015

BEM PARANÁ

OAB-PR

promove Dia da Cidadania no sábado

Palestras, debates, oficinas, orientações jurídicas, distribuição de cartilhas e materiais educacionais. Estas são apenas algumas das atividades que farão parte da primeira edição do Dia da Cidadania promovido pela OAB Paraná. Neste sábado, mais de 1.300 advogados voluntários irão às ruas da capital paranaense e de outras 47 cidades onde a OAB possui subseções para orientar a população sobre questões ligadas à defesa dos direitos humanos e sociais, gratuitamente.

Atuando nas mais diversas frentes — direito de família, do consumidor, do trabalho, previdenciário, ambiental, criminal, entre outros — os profissionais pretendem oferecer informações e aconselhar os cidadãos a respeito de seus direitos e deveres.

"Como a OAB Paraná tem papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, iniciativas como esta buscam aproximar a entidade da população, além de oferecer informação, conscientização e atividades assistenciais para os paranaenses", explica Cássio Telles, vice-presidente da OAB Paraná. Em Curitiba, a ação acontece na Praça Santos Andrade, das 9 às 17 horas. A ação acontece em parceria com outras entidades.

28 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CORRUPÇÃO!

MP diz que R\$ 17 milhões foram roubados de Itaperuçu e Rio Branco do Sul e pede devolução

Da Redação
1911-01-01 08:00:00

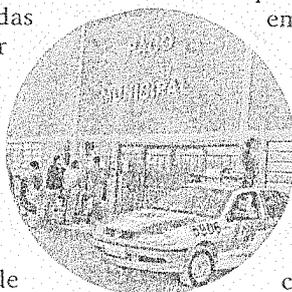
A 1.ª e a 2.ª Promotorias de Justiça de Rio Branco do Sul ajuizaram, nesta semana, 47 ações criminais e de improbidade administrativa pela prática de crimes diversos, como enriquecimento ilícito, fraude a licitação e peculato. O

objetivo do ajuizamento conjunto das ações é combater atos de corrupção nas prefeituras de Rio Branco do Sul e de Itaperuçu (foto), municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Ao todo, o Ministério Público do Paraná requer a devolução de R\$ 17 milhões aos cofres dos dois municípios. Foram acionados por meio das ações dois prefeitos e três ex-prefeitos, além de 68 pessoas, dentre vereadores, secretários municipais, procuradores jurídicos, servidores públicos e

empresários, bem como 13 empresas.

O MP-PR também ajuizou ação de improbidade administrativa contra agentes políticos e empresários de Itaperuçu por realizarem uma viagem de cruzeiro marítimo pela costa brasileira, em novembro de 2013. Eles alegaram que o objetivo da viagem era discutir o orçamento do município pro ano de 2014. A partir das investigações, comprovou-se que a viagem foi organizada e paga por empresários que tinham contratos com a prefeitura de Itaperuçu e que teriam sido favorecidos em contratos fraudulentos.



28 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

PEGOU MAL

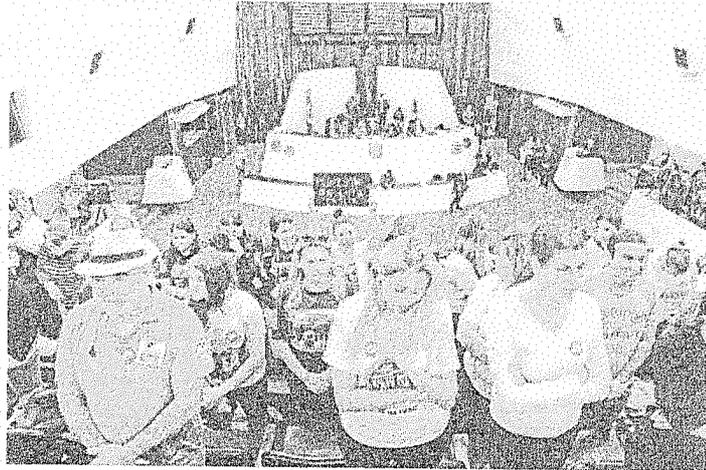
Proposta de reajuste desagradada servidores e não deve acabar com as greves

Da Redação
geral@redacao@tribunadoparana.com.br

O projeto de lei com o reajuste salarial dos funcionários públicos, enviada ontem pelo governo do estado à Assembleia Legislativa, dificilmente vai fazer as categorias em greve voltar ao trabalho. A proposta, não foi bem recebida pelos sindicatos que representam os servidores. A APP-Sindicato, que representa os professores e demais servidores da educação, classificou a oferta de "imoral".

O texto enviado pelo governo à votação dos deputados estaduais muda a data-base da categoria (de 1.º de maio para 1.º de janeiro) e concede reposição de 3,45%, referente à inflação de 2014 de maio a dezembro, em três parcelas (setembro, outubro e novembro de 2015). A inflação de 2015, estimada em 8,37%, seria paga em parcela única em janeiro de 2016, com a antecipação da data-base.

Além dos índices de reajuste, a mudança da data-base encontra forte resistência entre os representantes dos servidores. "Pelos nossos cálculos, a antecipação da data-base con-



Projeto do governo estadual chegou ontem à Assembleia Legislativa.

sumiria meio salário de cada servidor. É uma engenharia que daria uma economia de R\$ 560 milhões pro governo estadual", diz Arnaldo Vicente, um dos coordenadores do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

O presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, também criticou a proposta. "A APP não concorda. A defesa da entidade e dos demais sindicatos de servidores continua de reposição da inflação do período, que é 8,17%, em parcela única", ressaltou.

Na Assembleia Legislativa, o projeto de lei já foi lido, na sessão de ontem. Agora, vai passar pela análise de comissões internas, antes de ser votado em plenário. São três votações antes de seguir para sanção do governador Beto Richa. Pra que as greves sejam encerradas, a proposta tem que ser aprovada em assembleias de cada categoria, que ainda não têm data marcada.

"É o maior do país"

Ao enviar o projeto à Assembleia, o governo do estado anunciou que está concedendo um reajuste "acima de 12%" aos servidores. A soma dos índices propostos, na verdade, é de 11,82%.

"Chegamos a uma solução em função do esforço feito pelos deputados e pelo governo. Esperamos que todos compreendam o esforço que estamos fazendo. O índice que estamos propondo é o maior do país", afirmou o governador Beto Richa.

A proposta do governo também foi defendida pelo presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB). "Esta é a melhor opção em função da crise pela qual passa o estado e o país", avaliou. (Da Redação)